South M



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

ANTES DA ORDEM DO DIA

	perguntou se havia no público quem quisesse usar da
palavra	
-	Brás fazendo referência às areias que deslizaram para a
•	, estando as mesmas já a chegar à faixa de rodagem do
	ou a autarquia e que lhe foi respondido que o assunto é
•	minho que vai para Vale do Paraíso, junto ao farol, as
	a água corre pela estrada.
	licitar que sejam colocadas umas carradas de alcatrão
	lguns buracos no Bairro da Liberdade, no Largo junto às
	prios moradores se encarregariam de as espalhar.
-	e um candeeiro na parte traseira do Bairro.
	esa Branco, moradora na Rua Afonso Vaz de Azambuja,
	tefere a munícipe que esse parque inicialmente estava
-	rte superior não se encontrava vedada, o que fazia com
	errenos das casas, que é o seu caso. Refere que já teve
	a esta situaçãoedada a parte superior do parque, estando neste momento
•	o, no entanto não está vedado por completo uma vez que
	bola e as bolas a caírem no seu quintal, não havendo
	sivamente jogam a qualquer hora do dia ou da noite
, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	aria Eva Pires, residente nos Casais dos Quatro-olhos em
•	que no sítio onde mora foram desligados candeeiros para
	entanto foi feita a avaliação de quais os candeeiros a
	iz com que tivessem sido desligados candeeiros que não
deviam ser desligados	
S .	n outro assunto que a preocupa, assunto esse que diz
	le Azambuja. Diz, que no referido Centro a partir das
	ou já não se pode marcar consultas. Refere também que
	tir das 15 horas, e durante a semana abre das 8 horas às
	ste a possibilidade de marcar consulta para o médico de
	antecedência, referindo que não sabe se estará doente
	· ·
Informa que fez um email	ao Ministério da Saúde referente a este assunto, e a
resposta que teve era que o assu	unto iria ser tratado
Solicita que a Divisão de Sa	núde e Acão Social estude este assunto, pois o Centro de
Saúde tem muito boas condiçõe	s a todos os níveis para poder estar mais tempo aberto.
O Sr. Presidente da mesa de	eu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder
	cadas
	a cumprimentou todos os presentes, desejando um bom
	responder ao Sr. José de Brás em relação às areias da
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	diz não ser da responsabilidade da Câmara mas sim das
	nda que já contactou as estradas de Portugal de modo a
<u>-</u>	fazerem um muro de suporte de modo a travar as areias,
	não seria a melhor solução devido às enxurradas
	uer dizer que a Câmara não possa lá ir limpar as areias,
•	é um assunto da responsabilidade da Câmara
	a de Vale do Paraíso sabe-se que o proprietário anda com
	s, e com as chuvadas surge o que se vê todos os dias. A
Proteção Civil já lá foi por v	várias vezes limpar as valetas, estando também neste



momento a Câmara a fazer diligências para que o proprietário seja responsabilizado neste sentido. Quanto ao pedido da carrada de alcatrão, o Sr. Presidente diz que neste momento é difícil, uma vez que não temos de momento este tipo de material.-------- Refere que o que se pode fazer é colocar lá umas carradas de tout venant ou pó de pedra. -------- Quanto aos candeeiros, estão-se a fazer diligências para que as iluminarias que estão a ser apagadas em alguns sítios possam ser colocadas noutro que exista mais necessidade, estando neste momento a ser feito esse levantamento. --------- Refere ainda que se esta a tentar apagar mais lâmpadas nas estradas particulares e nas estradas Municipais, e deixar mais algumas lâmpadas acesas nos aglomerados. ---- --- Quanto ao parque desportivo, salienta que não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim da Junta de Freguesia, pelo que a Srª Presidente da Junta de Freguesia poderá com certeza falar sobre essa matéria. -------- Referente ao Centro de Saúde, salienta que realmente é essa a realidade, mas que é um problema a nível de todo o país. --- O Sr. Presidente da mesa deu a palavra à Sr^a Presidente da Junta de Freguesia de Azambuja para responder à questão do parque desportivo. -------- Tomou da palavra a Sr. Presidente da Junta de Freguesia e Deputada Municipal Inês Louro, cumprimentando todos os presentes, e começando por dizer que a questão do parque desportivo já é uma questão recorrente e é alvo de algumas reclamações, apesar de nunca ter chegado nenhuma reclamação oficial à Junta. -------- Refere que a Junta está a tentar delinear um regulamento de funcionamento para o parque desportivo, mas considera que esse regulamento deveria ter também a intervenção dos moradores e dos utilizadores. Neste sentido a Srª Presidente da Junta faz um apelo no sentido dos moradores fazerem essas queixas por escrito, identificando quem são os utilizadores, para que assim se possa chegar a um entendimento entre as partes. -------- Salienta ainda que pensa que esta é mais uma questão de ordem publica, do que propriamente um problema com o funcionamento do parque. -------- O Sr. Presidente da mesa deu a palavra à Sr. José de Almeida que cumprimentou todos os presentes, perguntando ao Sr. Presidente da Assembleia o porquê das Assembleias Municipais serem tão pouco divulgadas perante o público. -------- Foi dada a palavra ao Sr. António Pires que alertou o executivo de que o Jardim Municipal tem algumas tábuas partidas, tábuas essa, que sabe que já estão em reparação, mas refere que ainda hoje uma senhora escorregou e caiu, como tal considera que deveria ser feita uma reformulação daquele piso para que as pessoas não escorreguem em situações de humidade. --- Ainda em relação à iluminação, o Munícipe refere que o entroncamento a seguir ao Centro de Saúde têm quatro focos de iluminação, que diria que estava excelente se não estivessem os candeeiros da área circundante todos acesos. -------- Alerta ainda que na Rua do Rossio, entre o Rossio e o Centro de Saúde, às 7 horas da manhã a rua já tem as luzes apagadas e ainda está muito escuro. -------- Interveio o Sr. Paulo Fragoso, perguntando se a limpeza dos jardins era da responsabilidade da Junta ou da Câmara. --------- Tomou da palavra o Sr. André Salema, dizendo que perdeu à cerca de 5 anos um familiar na EN3, e esta semana quase que voltava a perder outro familiar na mesma estrada. Tudo isto muito por culpa da falta de cuidado dos motoristas de pesados que circulam nessa estrada, pela não duplicação das fachas de rodagem e a não colocação de traços contínuos. Refere que sabe que isto não é da responsabilidade da Câmara mas sim das "Estradas de Portugal", no entanto pede à Câmara que faça mais diligências no

sentido de melhorar a situação, pois salienta que não gostaria de perder mais nenhum familiar nesta estrada.
Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que em relação à questão apresentada pelo Srº António Pires, realmente a obra de reparação do jardim urbano já foi adjudicada, estando a aguardar que a empresa inicie os trabalhos. Quanto aos projetores, já foi tomada nota da informação e nos próximos dias irá ser verificada a situação.
Em resposta ao Sr. Paulo Fragoso, o Sr. Presidente da Câmara diz que temos neste momento duas equipas da Câmara a trabalhar nos jardins. Até aqui esse serviço era feito por uma empresa, agora por uma questão de reduzir a despesa é feito pela Câmara
O Presidente da Assembleia Municipal em resposta ao Sr. José de Almeida, refere que as Assembleias são públicas uma vez que a legislação assim o diz, e que as Assembleias Ordinárias têm um período antes da ordem do dia para intervenção do público. Refere ainda que foram cumpridos todos os dispositivos legais que a Lei obriga, tendo sido afixados Editais tanto na Câmara Municipal como nas Juntas de Freguesia, também na Unidade de Atendimento da Câmara e no Site da Câmara
eles
palavra aos senhores Deputados Municipais
Interveio o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, cumprimentando todos os presentes e voltando ao assunto das condições da sala em que se realiza a Assembleia, considerando que a Assembleia Municipal deveria ser sediada em Aveiras de Cima,
Refere ainda outro assunto, que diz respeito ao estacionamento que é feito à beira da EN3 na zona confinante com o parque de estacionamento do lado poente de Azambuja, e que impossibilita a visibilidade na entrada para a estrada. Mesmo sabendo que este é um assunto da responsabilidade do Instituto de Estradas de Portugal, considera que se fosse a Câmara ou a Assembleia a apresentar reclamação sobre o assunto o mesmo seria melhor ouvido.
Faz ainda referência a outro assunto que diz respeito a um subsídio que foi dado a um rancho folclórico que abandonou a casa do povo de Manique do Intendente, e que se



estabeleceu por conta própria noutras instalações, comprando mais tarde instalações próprias, com um subsídio que a Câmara lhes deu. -------- Mais tarde a Câmara deu ao mesmo rancho folclórico cerca de 15.000,00€ para pagar dívidas à instituição bancária à qual não tinha pago as prestações do empréstimo que lhe tinha sido facultado. Salientando que há cerca de um ano atrás o Tribunal de Contas não tendo gostado do procedimento da Câmara, pelo facto de ter dado dinheiro à referida instituição, com a finalidade do pagamento do empréstimo, instaurou um processocrime. Se a instituição não repusesse aquele dinheiro, os Vereadores e o Presidente da Câmara podiam ser responsabilizados pessoalmente. Posteriormente e ainda com o processo a decorrer, a Câmara deu mais 26.000,00€ a esta coletividade através da EMIA. Consta que o dinheiro nem saiu dos cofres da EMIA para o rancho, foi diretamente para a Câmara tendo assim ficado reposta a situação referente ao processo do Tribunal de Contas, no entanto o processo continua a decorrer. Considera que estes são atos que devem ser evitados. -------- Interveio o Sr. Deputado António Godinho, cumprimentando todos os presentes, e apresentando um protesto formal pela continuação das reuniões nesta sala sem condições, quando há no Concelho salas com condições muito melhores para reunir esta Assembleia. Salienta que nada mudou, tanto nas condições para reunir como nas divulgações das Assembleias. -------- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que a mesa da Assembleia e o Presidente da Assembleia tentaram fazer sempre o melhor possível, e que a sede da Assembleia não será nenhuma Freguesia em especial, será o Município. Refere ainda que irá levar a Assembleia Municipal a todas as Freguesias, e que terá em linha de conta os assuntos tratados em cada Assembleia Municipal, para que sejam pertinentes para a Freguesia para onde a quer levar, se não houver nenhum assunto mais pertinente para nenhuma das Freguesias, a próxima Assembleia Municipal será em Aveiras de Cima. -------- Interveio o Sr. Deputado António Luís Lavado dos Reis, cumprimentando todos os presentes, levantando uma questão em relação a uma casa de rações que a Câmara licenciou à beira da estrada em Aveiras de Cima, referindo que para algumas pessoas são adotados critérios diferentes, e perguntando ao Sr. Presidente da Câmara se estava previsto no projeto da referida obra (casa de rações), o corte do passeio, pois o passeio estava empedrado e agora está cimentado. Pregunta também se foi avaliado o aspeto das cargas e descargas. -------- O Sr. Deputado solicita também a intervenção da Câmara Municipal em relação há falta de médicos no Concelho de Azambuja, uma vez que tem conhecimento que foram deslocados utentes de Aveiras de Cima para Aveiras de Baixo. Pergunta se não seria mais fácil deslocar um médico do que deslocar 200 ou 300 utentes. --------- Salienta ainda, que em relação aos medicamentos existem muitos utentes que não os compram porque não têm como se deslocar à farmácia, pedindo para que se arranje uma solução, -------- Pergunta ainda como é feita a limpeza e o despejo dos oleões, pois acha que a mesma não se efetua. -------- Diz ainda que na Rua dos Pereiras em Aveiras de Cima onde se situa a escola, não existe passeios. Sabendo que não há dinheiro para a execução dos mesmos, sugere que se retire um dia à Feira de Maio para que se arranje verba para fazer os passeios. -------- Refere que leu num jornal local que a Câmara estava com dívidas. Pedindo esclarecimento sobre o assunto. -------- Refere também que as lâmpadas dos sinais luminosos continuam fundidas. -----

--- Diz ainda que a "Tecnovia" fez um negócio com a Câmara para instalar toneladas de alcatrão num determinado terreno, solicitando saber o que vai ser feito ao referido alcatrão -------- O Sr. Presidente da mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. --- O Sr. Presidente da Câmara em resposta ao Sr. Deputado António José Rodrigues, diz que o espaço onde está o Rancho Folclórico, não é só para uso exclusivo do respetivo rancho, mas também para outras coletividades que necessitem de utilizar o referido espaço, tal como diz o protocolo. --- Em resposta ao Sr. Deputado António Luís Lavado dos Reis, o Sr. Presidente diz que a obra da loja de rações foi feita com toda a legalidade. No que diz respeito ao passeio ele foi cimentado por iniciativa dos proprietários e sem autorização, tendo neste momento os proprietários sido notificados para resolver essa situação junto da Câmara.---- Em relação à falta de médicos o Sr. Presidente diz que é uma realidade, mas que esta é uma competência do Governo. Estando pronto para começar a trabalhar com a Comissão de Acompanhamento da Saúde. -------- Em relação à deslocação de pessoas para o centro de saúde de Aveiras de Baixo, o Senhor Presidente refere que o que lhe foi dito foi que as pessoas estavam contentes e que gostavam muito do médico. --------- Quanto aos óleos, o Sr. Presidente informa que já oficiou a empresa para que o contrato seja rescindido, uma vez que não cumpriram com o que se comprometeram com a Câmara. Salientando ainda que se está já a fazer contactos com outra empresa que possa fazer a recolha desses óleos. --- Quando à "Feira de Maio" informa que não irá tirar dinheiro da mesma, como também não irá tirar dinheiro à "À Vinho", pois considera que essa não é a solução. Refere que o que se tem que fazer é tentar arranjar maneira de construir os referidos passeios. -------- No que diz respeito aos sinais luminosos, o Sr. Presidente diz que as opiniões divergem, uma vez que até já houve um munícipe que deu os parabéns pelo facto de estarem desligados. Quanto aos sinais redutores de velocidade dentro de Aveiras de Cima, esses irão ser verificados. --------- Quanto à questão do estaleiro, refere que irá ser analisado. -------- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Carlos Valada, que cumprimentou todos os presentes, começou por refere que no seguimento do pedido de informação que o Dr. António Jorge Lopes fez sobre os processos de contra ordenações que existiam na Câmara Municipal, a Dr. Teresa Cardoso enviou um email a informar que existiam 25 processos de contra ordenação. Sete a aguardarem defesa por parte dos arguidos e treze mais antigos que estavam na posse do Sr. Ex-Vereador José Manuel Pratas. Perante isto a Coligação PFNT gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se em relação aos treze processos de contra ordenação que estiveram desaparecidos, se a Câmara nunca verificou o desaparecimento dos mesmos; como foi possível que esta quantidade de processos tivesse tanto tempo desaparecidos sem que os serviços os tivessem reportado; se não reportaram, qual a explicação e se os reportaram quem despachou a referida informação e que diligencias mandou efetuar; quais são os processos e sobre que assuntos se debruçavam; quantos deles já prescreveram e que implicações concretas assumem cada um deles; se alguém pode garantir que estes são os únicos processos desaparecidos ou teremos de assumir a responsabilidade de existirem outros casos; como é feito o registo dos processos de contra ordenações da Câmara Municipal de Azambuja; quem dentro da Câmara Municipal conhecia o assunto e não o reportou a todo o Executivo Camarário e à Assembleia Municipal. Pergunta ainda, consoante todas estas dúvidas, e com tudo o que foi publicado no MIRANTE, se não acha que há



necessidade de abrir um inquérito interno, para corrigir os procedimentos internos e verificar se houve premeditação no esquecimento dos mesmos durante 4 anos, e por quem; a quem o Sr. Ex-Vereador José Manuel Pratas entregou os processos e por que razão estariam na sua posse e ainda para responsabilizar os responsáveis por esta situação. -------- Interveio a Sr. Deputada Hermínia Mota Abreu mostrando a sua indignação contra o facto de as pessoas passearem os seus cães junto à escola Boavida Canada sem depois limparem os dejetos dos mesmos. Solicita a colocação de alguma sinalética para evitar esta situação. -------- Interveio o Sr. Deputado Sérgio Ezequiel colocando uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, solicitando saber se já foi adjudicada a requalificação do Jardim Urbano de Azambuja e se a mesma vai ser feita por todo o jardim. Em caso afirmativo qual a empresa adjudicada e qual o valor. -------- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder ao Sr. Deputado Carlos Valada, dizendo que de momento não vai adiantar nada sobre as questões colocadas e que na altura devida o fará, pois neste momento decorrem alguns procedimentos para fazer essa avaliação e saber que processos são e a que se referem. Diz ainda que na próxima Sessão de Câmara irá tentar dizer já alguma coisa sobre esta matéria. -------- Posteriormente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Municipal Joaquim Marques de Jesus Oliveira, que voltou à questão da falta de médicos, referindo que os Sr. Presidentes de Junta poderiam minimizar um pouco este problema dando assistência no transporte das pessoas até aos Centros de Saúde, tal como faz a Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha.-------- O Sr. Presidente da Câmara volta a intervir para responder ao Sr. Deputado Municipal Sérgio Ezequiel, dizendo que já foi adjudicada a obra de reparação do jardim urbano, mas que neste momento não consegue dizer qual o valor da mesma. Informa ainda que a empresa adjudicada foi a "Fabrigimno", e convida o Sr. Deputado a deslocar-se à Câmara onde lhe poderá dar essa indicação.-------- Quanto ao parque infantil, informa que também já existe um novo projecto, embora não exactamente para o mesmo local, local esse que ainda está em estudo. --------- Em resposta à solicitação da Sr^a Deputada Hermínia Mota Abreu, o Sr. Presidente da Câmara diz que o Sr. Vice- Presidente já está a tratar do assunto e já estão a ser feitas umas placas para colocação no referido local. -------- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Torrão que pegando no assunto que o seu colega Joaquim Marques de Jesus Oliveira falou, referiu que os Presidentes de Junta sabem as competências que têm, e que ajudam no que podem. Salienta que não faz sentido numa população com 5000 habitantes andar a transportar pessoas de um lado para o outro, --------- O Sr. Deputado Municipal refere ainda que à entrada de Aveiras de Cima existe um monte de entulho, proveniente de uma demolição e que cabe à Câmara Municipal notificar o proprietário para limpar. --- O Sr. Deputado pergunta ainda ao Sr. Presidente da Câmara se o estaleiro da "TECNOVIA" se vai ali manter muitos anos. Pois para além de ser inestético, prejudica as linhas de água e durante o Verão provoca poeiras. -------- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Manuel Couceiro, que perguntou ao Sr. Presidente da Câmara qual o edificio que diz ter proposto para instalação de um polo da Repartição de Finanças e da Segurança Social. -------- O Sr. Deputado pergunta ainda em relação aos processos desaparecidos, quando é que o Sr. Presidente da Câmara pretende dar mais informações sobre o assunto. -----

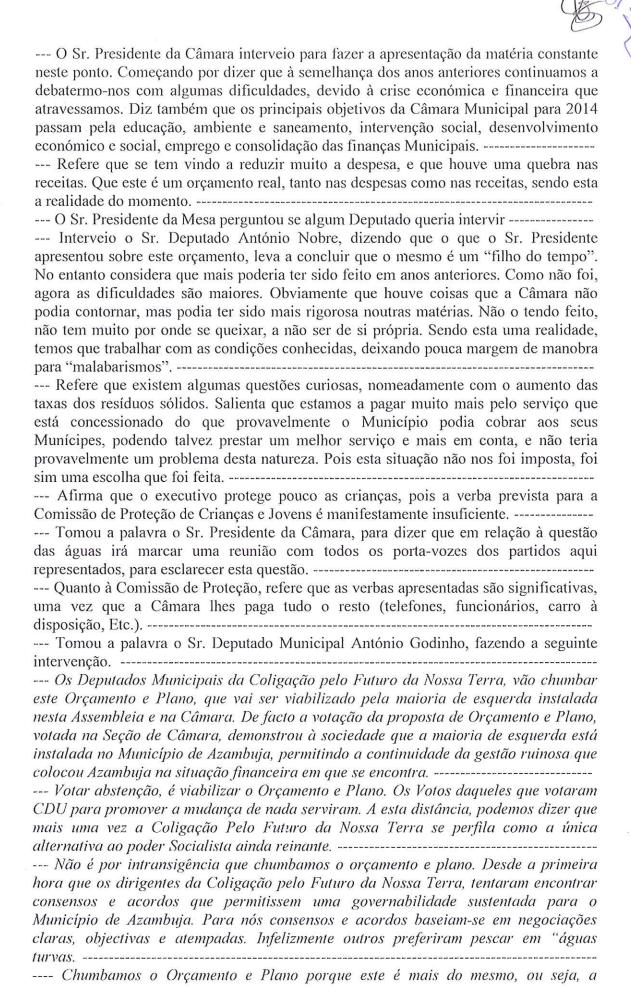
--- O Sr. Presidente da Câmara responde dizendo que sabe que o assunto é grave, que não está parado, e que na próxima terça-feira conta já poder dizer alguma coisa sobre o mesmo na Sessão de Câmara. --- Em relação às instalações para o polo da Repartição de Finanças e da Segurança Social, o Sr. Presidente diz que quando os oficiou não especificou o edifício. No entanto, refere que a sala por baixo da "ACISMA" seria a sala mais adequada, --------- Informa ainda que foi pedido aos grupos parlamentares da Assembleia da Republica que recebam a Câmara, para que se fale da situação do Concelho, e perguntar quais são as intenções que têm e o que pretendem fechar em Azambuja, talvez assim se consiga ajudar a resolver esse problema.

ORDEM DO DIA --- Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal -------- O Sr. Presidente da mesa concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para falar sobre este mesmo ponto. --- O Sr. Presidente da Câmara informa que nesta informação da Actividade Municipal não vêm nenhuma informação jurídica como nas anteriores, uma vez que se mantem tudo na mesma. --- O Sr. Presidente informa ainda que na página três da informação, no código 03.02.03 onde diz "Estruturas de Apoio e Sinalização", lê-se "reparação Pré-sinalização dos semáforos em Aveiras de Cima" no entanto diz respeito aos semáforos de Alcoentre, e também onde se lê "Reparação dos semáforos em Aveiras de Cima" refere-se aos semáforos de Vila Nova da Rainha. -------- Tomou da palavra o Sr. Deputado Municipal António Nobre apresentando os seus cumprimentos a todos os presentes. Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, faz referência à página 15 que têm uma rubrica que diz "Aquisição de Bens de Capital", onde refere um montante de 193.055€, e a que pagamentos se destinou o referido montante. Tendo o mesmo sido distribuído por seis rubricas, entre elas o "Projeto de Beneficiação das Piscinas Municipais", solicita que o Sr. Presidente da Câmara esclareça a Assembleia Municipal de que projeto se trata. -------- Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal António Godinho, para perguntar ao Sr, Presidente da Câmara e fazendo referencia ao código 05.01 da página 3, qual é o ponto da situação em relação ao contrato de concessão das águas e quais são os objectivos desta revisão, ou seja, se isto se vai traduzir em benefícios para os Munícipes. -------- Interveio a Sr^a Deputada Municipal Maria Inês Louro, solicitando ser esclarecida sobre a questão da actividade no plano financeiro do executivo da parte da Câmara, nomeadamente como é que terminou o ano, e como é que foi esta passagem para o início de 2014. Se decresceu a divida a terceiros e a fornecedores, e quais as espectativas no decurso do ano. --- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para responder à pergunta que foi feita em relação às piscinas Municipais, esclarecendo que a rubrica diz respeito ao projecto que foi feito por causa da eficiência energética. Mesmo não se tendo iniciado a reparação das piscinas, o projecto teve de ser pago. -------- Quanto à questão águas, o Sr. Presidente da Câmara refere que estão neste momento a decorrer negociações sobre o assunto, mas que passa a palavra ao Sr. Vice-Presidente Silvino Lúcio, que têm acompanhado mais de perto toda esta situação. -------- Tomou a palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, cumprimentando todos os presentes, e começando por dizer que é prematuro estar a falar agora nesta fase em que ainda estão a decorrer as negociações. No entanto o que há de mais relevante para dizer neste momento, é que o ERSAR levantou um conjunto de questões relativamente ao que andou a ser discutido com as "Águas de Azambuja", tendo no fim do ano marcado uma

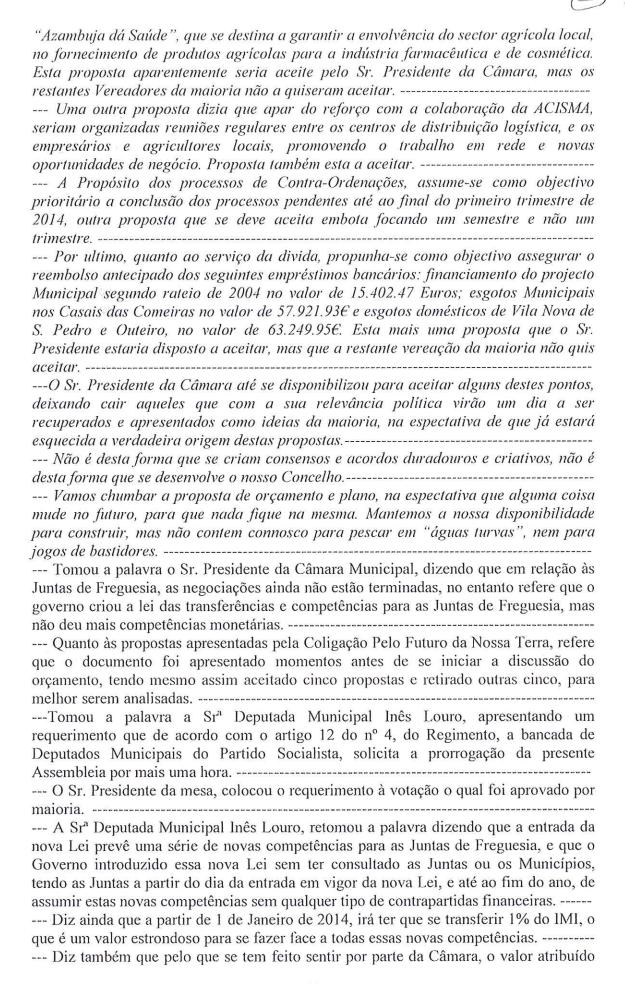


reunião com a Câmara Municipal e as Águas de Azambuja, onde essas questões foram todas debatidas, acabando o ERSAR por perceber o entendimento que a Câmara e as Águas de Azambuja tinham sobre este processo, tendo mesmo mostrado o seu contentamento com o desenvolvimento do processo. Refere ainda que a água poderá vir a baixar e que a tarifa de saneamento terá que ser ajustada-------- Informa ainda que através do PAEL foram acertadas as contas que existiam com as Águas do Oeste. -------- Interveio novamente o Sr. Presidente da Câmara para responder à questão apresentada pela Srª Deputada Inês Louro, dizendo que se passou de um ano para o outro relativamente bem, mas com muitas restrições e muito cuidado com o pagamento da divida, referindo ainda que se passou de um ano para o outro com 705 000,00€, frisando que neste montante estão incluídos planos de pagamentos que temos para com a ECOAMBIENTE, os acessos ao Hospital de Vila Franca de Xira a RECOLT a RESIOESTE e a Valorsul.-------- Interveio o Sr. Deputado Municipal Sérgio Ezequiel, fazendo referencia ao ponto 05.06 da página 4, perguntando se esta rubrica já prevê a passagem do mercado Municipal para a Várzea, e se o mesmo sempre vai ser entregue à Junta de Freguesia. ------ O Sr. Presidente da Câmara responde que esta rubrica á referente ao mercado atual, mas que logo que ele seja transferido tudo será também transferido. Refere ainda que o terreno está a ser preparado para que se possa fazer a passagem do mesmo o mais rápido possível. -------- Pediu a palavra o Sr. Deputado António Luís Lavado dos Reis, fazendo referencia à rubrica 03.02.03 na página 3, solicitando que a Câmara insista junto das Estradas de Portugal para colocar na rotunda (saída para o norte) da auto-estrada em Aveiras de Cima, uma placa que diga "Leiria/Coimbra/Porto", para que os automobilistas não se enganem e entrem para dentro de Aveiras de Cima.------- Em relação à rubrica 05.01 na mesma página, referente às águas, o Sr. Deputado salienta o facto das faturas da água continuarem com uma letra muito pequena, dificultando a sua leitura. --- Faz ainda referência ao ponto 07.03.05 (Promoção e Divulgação do Município de Azambuja), em que na última alínea se faz referência à participação na Exporainha em Aveiras de Cima, salientando o Sr. Deputado que teve informação que a Câmara não prestou apoio ao evento, nem se fez representar no mesmo. -------- Tomou da palavra O Sr. Presidente da Câmara, dizendo que em relação à sinalização da rotunda o Sr. Vice-Presidente já fez diligencias nesse sentido para que fossem colocadas as placas. ---No que diz respeito às faturas das águas, o Sr. Vice-Presidente também já alertou a empresa para essa situação. -------- E em relação à Exporainha, o Sr. Presidente da Câmara refere que já teve oportunidade de pedir desculpa ao Sr. Presidente da Associação pelo facto da Câmara não se ter feito representar, assumindo que houve uma falha dos serviços no agendamento do evento. Quanto ao apoio o Sr. Presidente refere que a Câmara tem apoiado a Associação na medida do possível. -------- Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, fazendo referencia ao ponto 05.02.02 da página 3 (Construção de novas redes), salientando que se esta informação fosse relativa a Setembro de 2013, qualquer pessoa podia verificar que a obra estava em execução, a partir dessa data e até agora a obra parou, verificando-se apenas uma vedação junto ao espaço onde irá ser o reservatório. Solicitando saber em que ponto da situação é que se encontra a obra. -------- O Sr. Deputado refere que de acordo com um documento que foi cedido pela Câmara Municipal, o revisor oficial de contas refere que o Município de Azambuja celebrou um

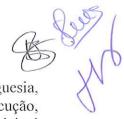
acordo com as Aguas do Oesie, que permitiu utirapassar as divergencias entre as partes,
relativamente às transferências das infra-estruturas de abastecimento de água c
saneamento, no entanto encontrasse ainda por concluir o processo de negociação
referente ao cálculo e prazos de pagamento de juros de mora devidos pelas partes. Com
isto conclui-se que entre a Câmara e as Águas do Oeste não está apenas pendente a
entrega de obras.
Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara referindo que estão ainda a decorrer as
negociações, havendo ainda acordos que têm que ser feitos, existindo valores que não
iremos receber compensando outros que teremos que pagar
Pediu a palavra o Sr. Deputado Joaquim Marques Oliveira, para mostrar a sua
indignação perante o facto da Exporainha se ter realizado em Aveiras de Cima, uma vez
que foi criada em Vila Nova da Rainha.
Interveio o Sr. Deputado Municipal António Godinho para solicitar ao Sr. Vice-
Presidente que lhe faculte a documentação relacionada com a ERSAR
Refere também que segundo a DECO a água de Azambuja é das águas mais caras do
país, salientando que percebe que a lei tem que ser cumprida, mas os outros Municípios
também têm de o fazer, conseguindo valores muito mais baixos. Refere ainda que a
facturação a 30 dias continua também a ter os seus problemas.
Tomou da palavra o Sr. Vice-Presidente para esclarecer que as Águas do Oeste têm
dois grupos de accionistas (Estado e Municípios), tendo o Estado 51% e os Municípios
49%. Tendo assim o Estado a maioria, torna-se difícil os Municípios defenderem este
ou aquele raciocínio uma vez que nas votações ganha a maioria, tornando-se
complicadas as negociações.
Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Manuel Jacinto que começou por fazer referência
às contas do 1º semestre do ano passado, onde reparou nuns prazos de pagamento
bastante grandes. Em relação ao saldo da divida a fornecedores, solicita que lhe seja
facultado a relação dos fornecedores, os prazos de pagamento contratados e os
fornecedores com os quais há planos de pagamentos.
Foi dada a palavra ao Sr. Deputado António Torrão que referiu que a Freguesia de
Aveiras de Cima tem muito gosto em receber e apoiar todos os eventos que quiserem
levar para a Freguesia, seja a Exporainha seja qualquer outro evento
Interveio o Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, questionando que uma vez que
existe este diferendo em termos de juros a pagar ou a receber com as Águas do Oeste,
pergunta se a Câmara Municipal tem alguma previsão do custo ou tem alguma verba
parada no caso de ter de efetuar este pagamento de um momento para o outro, ou no
caso de isto acontecer, se teremos de negociar um prazo mais dilatado e aumentar os
juros
Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara dizendo que tanto podemos pagar
como receber, por isso é que para ver essa situação ainda estão a decorrer as
negociações. Refere ainda que se tivermos de pagar, e para isso fazer um novo acordo
de pagamento, o faremos, temos é que cumprir com os nossos objectivos.
Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Municipal Sérgio Ezequiel, que voltou a
perguntar, se está prevista a passagem do mercado municipal para a gestão da Junta de
Freguesia
O Sr. Presidente da Câmara respondeu dizendo que realmente isso está previsto na
nova Lei das Competências, e que é um assunto que está em cima da mesa para ser tratado.
Ponto 2 Orçamento 2014 e Grandes Opções do Plano (2014/2017), appresentado com a proposto Nº 20 A/P/2013
apresentado com a proposta Nº 29-A/P/2013
O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informa que este ponto corresponde a
dois assuntos diferentes, e que por conseguinte será também votado individualmente



continuidade dos Orçamentos que chumbamos em anos anteriores e que como repetidamente chamamos a atenção, levando à ruina financeira do Município de Azambuja. Chumbamos o Orçamento e Plano, porque corta em cerca de 20% as transferências para as Juntas de Freguesia. Será que os Sr. Presidentes de Junta vão deixar passar esta proposta? Relembro que a única vez que o Sr. Presidente da Cámara foi derrotado nesta Assembleia nestas matérias, foi guando tentou reduzir as transferências para as Juntas de Freguesia. Nesta altura ainda não estão concluidas sequer as negociações para os acordos de execução das Juntas de Freguesia
Minhas Senhoras e meus senhores, assim não vamos lá
Os Vereadores da Coligação Pelo Futuro da Nossa terra, apresentaram em reunião
de Câmara uma proposta de alteração ao ponto dois da Proposta de Grandes Opções do Plano 2014/2017 e do Orçamento para 2014, com o título "Estratégia", em que elencava uma série de ideias que sem grande impacto orçamental traziam grandes novidades e permitiam definir linhas de atuação para um futuro melhor
Passo a apresentar:
Importante garantir a adequação das opções de estudo dos nossos jovens em função do mercado de trabalho emergente. Deveram ser promovidas todas as diligências para a criação ou instalação de uma escola profissional que integre nomeadamente, formação nas áreas da agricultura, agro-indústria e agro-pecuária. Esta seria uma proposta aceite para alteração pela própria Câmara
Uma outra dizia que assumindo os princípios da boa gestão da coisa publica, só
após a atualização da Carta Educativa, e tendo em conta os respectivos estudos técnicos de suporte, é que são definidos os novos investimentos em infra estruturas educativas, nomeadamente os que respeitão aos Centros Escolares de Vila Nova da
Rainha e Aveiras de Cima. Estranhamente também esta proposta é rejeitada
Uma outra diz no que respeita ao contrato de concessão com as Águas de Azambuja,
é prioridade politica promover a sua renegociação, tendo em conta designadamente a redução do preço da água, o pagamento faseado dos custos com a ligação da rede de
saneamento e a rede predial doméstica, e a isenção de pagamento da taxa de disponibilidade em caso de rutura de fornecimento, reforço das análises à qualidade de água, e divulgação dos resultados na fatura mensal. Estranhamente também esta
proposta é rejeitadaproposta é rejeitada
Durante o ano de 2014, deve ser definida a implementada (e esta é uma nova ideia)
uma estratégia sustentável para a utilização das águas pluviais, promovendo o seu
armazenamento e utilização, nomeadamente para a rega dos espaços verdes e lavagem
das viaturas Municipais. Aparentemente seria aceite
Uma outra proposta, seria o apoio às famílias carenciadas, designadamente através
de planos como: o cheque social e o cheque farmácia, na comparticipação de medicamentos a idosos e no leite suplementar para bebés, até ao primeiro ano de vida,
que deverá ser enquadrado num novo modelo de gestão mais abrangente e com respostas sociais diferenciadas, criando o designado banco de ajudas técnicas e de modiarmentos. Tembém proporta a agritar
medicamentos. Também proposta a aceitar
objectivo de assegurar a partir de 2015 a implementação de um programa de apoio a
famílias mais desfavorecidas, através do financiamento direto para a frequência de
creches. Proposta também rejeitada
Propoe-se também a criação de uma marca de sabores de Azambaja, para promoção dos produtos agrícolas e artesanais locais e implementando o programa



Salienta que as competências que têm a possibilidade de ser delegadas ainda não foram delegadas. Sendo assim ainda estamos num panorama de espectativas, e quando os acordos de execução estiverem em cima da mesa, terá que se falar de valores quanto a essa matéria.
— Refere que a divida do Município a fornecedores e planos de pagamento era de 705.621.00€, mas para que conste, o orçamento de estado no ano de 2014 prevê um decréscimo de valor relativamente ao ano de 2010 de 879.275,00€, ou seja, se não tivesse havido este decréscimo no Orçamento de Estado, só o que o governo retirou ao Município de Azambuja era mais do que suficiente para pagar a divida na íntegra. ————————————————————————————————————
Interveio o Sr. Deputado Sérgio Ezequiel, solicitando esclarecimentos em relação aos mapas de empréstimos a médio e longo prazo, relativamente aos prazos dos empréstimos referidos nos mesmos.
Coloca ainda uma outra questão, relativamente ao valor contratado constante no registo do Tribunal de Contas, referindo que o mesmo apresenta valores não coincidentes nos diferentes mapas.
Pergunta se a taxa de juros indexada é a "Euribor". Refere que os mapas apresentam taxas de juros elevadíssimas para os tempos que decorrem, mas face à descida da "Euribor", podemos ter taxas de juros muito mais confortáveis, para estes empréstimos, sendo que a maior parte deles anda à volta de 0,5 o que permite ter uma taxa de juro muito boa e um juro baixo para o valor da divida.
Refere ainda que o futuro é preocupante, pois se houver uma inversão das taxas de
juros a situação ficará grave
Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal António Godinho, para referir que considera interessante a "história" do valor a atribuir às Juntas, pois na realidade as Juntas irão ter um corte de 20%. Embora o governo lhe dê mais 1%, a Câmara corta 20%.
Interveio o Sr. Deputado Municipal António Nobre, referindo que uma vez que a bancada da Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra, se mostra preocupada com a questão de assegurar a solidez financeira do Município, e prevenir o futuro que se perspetiva negro. Negro, devido ao tipo de economia que o governo do PSD tem desenvolvido, e que é realmente uma política que não leva a economia a lada nenhum. Salienta que com isto os devedores ficam sem rendimentos para pagar aos seus credores. Recorda que o mapa dos empréstimos a médio e a longo prazo, relativamente à EMJA, foi votado favoravelmente pelo PSD nesta Assembleia, dando assim o contributo para que este endividamento acontecesse.
Tomou da palavra o SR. Deputado Municipal Carlos Valada, para referir que esteve presente numa reunião onde foi definido pelo Sr. Presidente da Câmara, com a presenca



independentemente da negociação que houvesse sobre os acordos de execução, delegação de competências, etc. Nesse valor dito pelo Dr. Ricardo a Câmara Municipal faz um corte de 19,3%, e o Estado central corta 1%. Refere que uma vez que houve competências que foram transferidas para as Juntas, o dinheiro terá de sair da Câmara Municipal.
Salienta ainda que nessa mesma reunião a Dr.ª Irene e o Dr. Ricardo informaram que possivelmente em Abril, aquando da revisão orçamental poderá haver ou não, a verba de 90.000,00€ para distribuir pelas Juntas. Mas neste momento a verba com que se pode contar é os 400.000,00€
Tomou a palavra a Srª Vereadora Inês Louro, referindo que a verba de 90.000,00€ está realmente por definir, mas na verdade acredita que este executivo tudo irá fazer para a conseguir atribuir, e assim sendo ela irá fazer o equilíbrio em relação ao ano transato, ou seja, de acordo com as funções atuais das Juntas este valor vai ser equivalente e sem decréscimo do ano passado
Salienta que todos sabem que foi prioridade deste executivo pagar uma divida que vinha de 2009. Quando o Sr. Presidente da Câmara apresentou as contas relativas à situação financeira, lá estava uma divida às Juntas de Freguesia e aos Bombeiros, em que só havia a promessa de que este valor iria ser pago no início do 1º trimestre de 2014, no entanto este executivo assim que teve a capacidade de repor esta situação, assim o fez.
O Sr. Deputado Municipal António Torrão, interveio para perguntar o que foi feita à verba que estava destinada para a obra do Centro escolar de Aveiras de Cima
Presidentes de Junta assinarem os acordos de execução até ao dia 31 de Março, qual a verba que a Câmara têm para distribuir pelas Juntas. Salienta que só na revisão de Abril, e se a Câmara até lá tiver disponibilidade financeiras, virá os 90.000,00€, se esse montante não vier, haverá um corte de 19,3%, o Estado cortará mais 1%, sendo esta a realidade que temos
Colocado à votação, foi a proposta nº 29-A/P/2013, na parte referente ao Orçamento, aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS, 6 votos contra da Coligação PFNT e
9 abstenções da CDU
Ponto 3 – Derrama, apresentado com a proposta Nº 14-A/P/2013

O Sr. Presidente da Camara informa que esta proposta vem no sentido de se manter o
mesmo valor da Derrama, mas com uma proposta da Coligação PFNT, que diz que
ficam isentos do pagamento da Derrama todos os sujeitos passivos com um volume de
negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€.
Uma vez posta a votação a Proposta Nº 14-A/P/2013, foi aprovada por
unanimidade
Ponto 4 - Revogação da Proposta Nº 39/P/2008, apresentada pela proposta Nº
2/CPFNT/2013.
O Sr. Presidente da mesa concedeu a palavra à Srª Vereadora Maria João Canilho
A Srª Vereadora Maria João Canilho explicou o teor da proposta referente ao "Aterro
de Resíduos não Perigosos e de Resíduos Inertes na Quinta da Queijeira - Azambuja"
Interveio o Sr. Deputado Municipal António Nobre, referindo que enquanto
Vereador sempre teve dificuldade em perceber porque é que o executivo tanto defendia
a proposta que na altura foi aprovada, relativamente a este assunto.
Tomou a palavra a Sra Vereadora Inês Louro, para perguntar aos Senhores
Vereadores que claboraram esta proposta, se também têm alternativa de qual a forma de
implementar o aterro sem custos para o Município.
Interveio o Sr. Vereador António Jorge Lopes, para dizer que esta Declaração de
Interesse Publico, parte com três pressupostos que hoje já não existem. Um dos
pressupostos essenciais era que fosse constituída uma empresa Municipal com a Câmara
e a Zubareia para a exploração do aterro, e em função disso, haveria um desconto na
posição dos resíduos da Câmara Municipal de Azambuja nesse aterro.
Explica que o que sucedeu, é que a empresa que acaba por pedir o licenciamento
junto da Agência Portuguesa do Ambiente e da CCDR, não é a empresa que pediu esta
Declaração de Interesse Publico Municipal. A Empresa que pediu a Declaração de
Interesse Publico Municipal e que a mereceu, foi a Zubareia, e a empresa que pediu o
licenciamento do aterro foi a empresa SUMA, não tendo a Câmara com esta quaisquer
ligações, ou seja, o pressuposto base que levou à Declaração de Interesse Publico
Municipal é o compromisso que a Câmara têm com a Zubareia
Interveio o Sr. Deputado Municipal António Luís Lavado dos Reis, dizendo que a
Câmara deveria ter procedido à fiscalização da recuperação paisagística, após a
cessação da exploração da Zubareia.
Uma vez posta a votação a Proposta Nº 2/CPFNT/2013, foi aprovada com 15 votos a
favor (9 da CDU e 6 da Coligação PFNT) e 13 abstenções do PS.
Ponto 5 – Designação do Fiscal Único e Fiscal Suplente da LT-SRU,
apresentado com a proposta Nº 28-A/P/2013
O Sr. Presidente da mesa concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para falar
sobre este mesmo ponto.
O Sr. Presidente da Câmara informa que esta proposta vem no sentido de uma
solicitação que chegou por parte da CIMLT, solicitando que fosse deliberado a
designação de um Fiscal Unico, propondo "Martins Pereira e Associados", representado
por João António Carvalho Careca
Uma vez posta a votação a Proposta Nº 28-A/P/2013, foi aprovada por
unanimidade
Ponto 6 - Autorização Genérica para Dispensa de Autorização Prévia da
Assembleia Municipal, apresentado com a proposta Nº 30-A/P/2013
O Sr. Presidente da mesa concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que
explicou o teor da proposta, que vem no sentido da dispensa de autorização prévia da
Assembleia Municipal para pagamentos plurianuais com limites de encargos não
excedendo o permitido por lei. Mais informa que será dado conhecimento à Assembleia
procedure a bottima o bar for titing imating day gott agas connecting a vigorilatera
Municipal de todos os compromissos plurianuais assumidos,

Interveio o Sr. Deputado Municipal Antonio Godinho, para esclarecer que a
Coligação PFNT vai votar contra esta proposta, porque entende que só informar a
Assembleia Municipal não é suficiente, devido às condições económicas atuais
Uma vez posta a votação a Proposta Nº 30-A/P/2013, foi aprovada com 13 votos a
favor do PS, 9 abstenções da CDU e 6 votos contra da Coligação PFNT
Ponto 7 – Demonstrações Financeiras – 1º Semestre de 2013
O Sr. Presidente da mesa concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que referiu
que segundo o parecer do Revisor de Contas a Câmara está no bom caminho, tendo no
entanto de rever algumas situações
Interveio o Sr. Deputado Municipal Carlos Valada para perguntar para quando é que
está prevista a extinção da EMIA.
O Sr. Presidente da Câmara respondeu que para muito breve, estando a ser feitas
todas as diligências nesse sentido, e estando ainda a ser feitas algumas avaliações
APROVAÇÃO POR MINUTA
A Sra Vera Brás, 1ª Secretária da Mesa passou à leitura em voz alta da minuta da ata
da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por
unanimidade
A ata foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter
deliberado, nos termos do nº 3, do artº 57º, da Lei nº 75/13 de 12 de Setembro
ENCERRAMENTO
Era 1 horas do dia 4 de Janeiro, quando o Sr. Presidente da Mesa, deu por encerrada
a reunião
Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os
membros, foi assinada pela Mesa.

of har fort

Silvia Marganide Nanciso Videz

